

RECURSO ESPECIAL Nº 1.817.477 - PB (2019/0154972-8)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : LUIGI ZADRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo **LUIGI ZADRA**, com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fl. 572):

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DA RMI. INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 29, I, DA LEI Nº 8.213/91. O STJ FIRMOU POSIÇÃO DE QUE O SEGURADO FILIADO À PREVIDÊNCIA SOCIAL ATÉ O DIA ANTERIOR À DATA DE PUBLICAÇÃO DA LEI ? 9.876/99, APLICA-SE A REGRA DE TRANSIÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 3º DA REFERIDA LEI.

1. Cuida-se de apelação interposta contra sentença que julgou procedente pedido que visava a revisão da RMI do benefício de aposentadoria por idade urbana (NB 133044109-2), com DIB em 05.02.2010, aplicando-se a regra prevista no art. 29, I, da Lei nº 8.213/1991.

2. Alega o INSS, em resumo, que equivoca-se o magistrado a aplicar o artigo 29, I, pois sendo o autor filiado ao RGPS antes de 1999, aplica-se a REGRA DE TRANSIÇÃO da Lei no 9.876, de 26 de novembro de 1999. Requer, ainda, a aplicação da Lei nº 11.960/09 quanto aos juros de mora e à correção monetária.

3. A inclusão, no período básico de cálculo, de todas as contribuições vertidas ao sistema, conforme disposto no art. 29 da Lei 8.213 /91, com a redação dada pela novel legislação, somente é admissível ao segurado filiado ao RGPS após a vigência da Lei 9.876 /99, o que não ocorreu no caso concreto, tendo em vista que o segurado filiou-se a Previdência em 1985.

4. Aplicação do art. 3º, da Lei nº 9.876/99, regra de transição: Art. 3º Para o segurado filiado à Previdência Social até o dia anterior à data de publicação desta Lei, que vier a cumprir as condições exigidas para a concessão dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, no cálculo do salário-de-benefício será considerada a média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição. correspondentes a. no mínimo, oitenta por cento de todo o período contributivo decorrido desde a competência julho de 1994, observado o

disposto nos incisos I e II do caput do art. 29 da Lei no 8.213, de 1991, com a redação dada por esta Lei.

5. *Também não se aplica a opção permitida no art. 6º da Lei nº 9.876/99, que seria a escolha entre o critério antigo e o fator previdenciário, o que lhe for mais favorável, pois a DIB do segurado é de 05.02.2010 (não possuía direito adquirido à aposentadoria, quando da entrada em vigor da referida Lei em 1999).*

6. *Apelo do INSS provido e condeno a parte autora/vencida ao pagamento de custas e despesas processuais, bem como de honorários sucumbenciais, fixando-os em 10% (dez por cento) do valor da*

causa, nos termos dos §§ 3º e 6º, art. 85, do CPC, atentando-se para isenção e, conseqüente, suspensão de sua exigibilidade, nos termos do art. 98, § 3º, do CPC.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fl. 613).

Aponta o recorrente violação aos arts. 489, § 1º, IV e 1.022, II, do CPC/2015, 18, I, "b" e 29, § 2º, da Lei 8.213/91 c/c art. 201, § 2º, da Constituição Federal, sustentando além de negativa de prestação jurisdicional, que "*possui no Brasil o tempo de 19 anos e 11 meses de contribuição, conforme fl. 11 do PA em anexo, contribuições vertidas sobre o salário-mínimo. Portanto, se o INSS tivesse utilizado tão somente o tempo de contribuição brasileiro, o valor do benefício teria sido no mínimo o salário-mínimo.*" (fl. 636)

Afirma que "*Não atendendo a legislação acima, o INSS realizou cálculo equivocado, causando uma diminuição da RMI, já que o ente não desprezou os menores salários de contribuição ate o limite de 20% do total estabelecido, causando uma redução no valor do benefício de caráter alimentar do proponente que passou a perceber valor inferior ao salário mínimo vigente*" (fl. 637).

Devidamente intimado, o INSS apresentou contrarrazões ao recurso especial, conforme petição de fls. 662/664.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A pretensão recursal merece acolhida pelo art. 1.022 do CPC/15, pois a parte recorrente, nas razões dos embargos de declaração e do recurso especial, alega que (fl. 632):

Ocorre que o motivo para que fosse negado provimento aos embargos de declaração consistiu no fato de que o voto condutor havia se pronunciado expressamente sobre a posição firmada pelo STJ no sentido de que, ao segurado filiado à Previdência Social até o dia anterior à data da publicação da Lei nº 9.876/99, aplica-se a regra de transição prevista no art. 3º da referida lei.

Entretanto, a omissão apontada não se referia à questão da aplicação do art. 29, inciso I, da Lei nº 8.213/91 ou da regra de transição prevista no art. 3º, § 2º, da Lei nº 9.876/99. Aliás, o próprio recorrente concordou com a conclusão estampada no acórdão no sentido de que deveria incidir no presente caso a regra de regra de transição prevista no art. 3º, § 2º, da Lei nº 9.876/99.

Na realidade a omissão apontada nos embargos de declaração refere-se especificamente à necessidade de afastamento da aplicação da sistemática de cálculo de concessão de benefício por totalização, que acabou culminando na percepção de uma renda mensal inferior ao salário mínimo no presente caso.

Outrossim, a tese omitida é fundamental à conclusão do julgado e, se examinada, poderia levar à sua reforma, tendo em vista que afastada a aplicação da sistemática do cálculo de concessão de benefício por totalização, o recálculo da Renda Mensal Inicial (RMI) pela regra de transição trazida pelo artigo 3º, § 2º da Lei nº 9.876/99 (considerando o divisor mínimo de 60% do período contributivo), cm, nenhuma hipótese, poderá resultar em valor inferior ao salário mínimo legal, haja vista a previsão do art. 201, §2º, da CF/88 e do art. 29, § 2º da Lei nº 8.213/91.

Contudo, o Tribunal de origem ficou silente sobre tal argumentação, rejeitando os pertinentes aclaratórios do ora agravante, em franca violação ao art. 1.022 do CPC/15, porquanto não prestada a jurisdição de forma integral.

ANTE O EXPOSTO, dou provimento ao recurso especial para determinar o retorno dos autos à origem, a fim de que proceda a novo julgamento dos embargos de declaração lá opostos.

Publique-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

